



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo SIPE nº 268220/2024

OBJETIVO:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a aquisição de Ração Operacional de Emergência (R3) - 12 horas, para o Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Segurança Pública (Corpo de Bombeiros Militar)

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Dênis da Silva Flores	2º Sargento BM	926308-0	7b4aux@cbm.sc.gov.br

II. DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina atua em diversas atividades, foi criado em 2011 A Força Tarefa (FT), que são equipes de bombeiros militares, previamente selecionadas, com habilidades técnicas específicas.

2.2. A FT tem a finalidade de potencializar as ações de resposta a desastres. O 7º Batalhão de Bombeiros Militar de Itajaí possui uma equipe de Força Tarefa com bombeiros militares especializados e aparelhados para trabalharem em situações de desastres naturais e ocorrências de grande magnitude com autonomia.

2.3. As rações operacionais são elementos essenciais para que bombeiros militares, quando em operação, tenham uma alimentação mínima.

2.4. Para que a Força Tarefa atue de forma eficiente e eficaz, faz-se necessária a aquisição dessas rações operacionais, para que os militares que compõem as equipes estejam com a alimentação necessária e possam dar continuidade ao trabalho, sendo que em determinados momentos esses bombeiros terão somente essa alimentação para que possam



estar em condições de saúde para atuar em alagamentos, inundações, enxurradas, incêndios florestais e outras ações e operações de busca e resgate em desastres ou calamidades públicas.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. Houve a publicação do Plano Anual de Contratações e a contratação do objeto em questão está prevista para o ano de 2024.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1. Os produtos referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, conforme a demanda apresentada, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

4.2. A entrega dos produtos deverá ser realizada em dia útil no 7º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina, localizado na Av Sete de Setembro, nº 1878, bairro Fazenda em Itajaí, em plenas condições de embalagens primárias/secundárias, sem avarias, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Item	Objeto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CARDÁPIO 1 - ESTROGONOFE DE CARNE BOVINA	200	R\$ 112,50	R\$ 22.500,00
2	CARDÁPIO 2 - ESTROGONOFE DE FRANGO	200	R\$ 112,50	R\$ 22.500,00
3	CARDÁPIO 3 - FEIJOADA	200	R\$ 112,50	R\$ 22.500,00
4	CARDÁPIO 4 - PICADINHO DE CARNE BOVINA AO MOLHO	200	R\$ 112,50	R\$ 22.500,00
Item	Objeto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



5	CARDÁPIO 5 - CARNE BOVINA AO MOLHO GOULASH	200	R\$ 112,50	R\$ 22.500,00
---	--	-----	------------	---------------

III. PROSPECÇÕES DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.1. Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Assim, o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, sendo realizada pesquisas de preços com fornecedores do objeto desta licitação.

Neste sentido, verificou-se que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de informações.

6.2. Em pesquisa mercadológica foi constatado que as possíveis soluções para a aquisição do objeto:

6.2.1. Processo Licitatório para Aquisição:

6.2.1.1. Vantagens:

- a) proporciona igualdade de condições para todos os participantes, assegurando que todas as empresas interessadas possam competir em pé de igualdade;
- b) promove a participação de diversos fornecedores, incentivando a diversidade e a inclusão de novos entrantes no mercado;
- c) a aquisição, através do processo licitatório, permite a definição clara dos recursos financeiros a serem destinados para a aquisição do objeto, facilitando o planejamento orçamentário;

- d) permite a realização de auditorias periódicas e detalhadas, assegurando a conformidade em relação ao objeto adquirido.

6.2.1.2. Desvantagens:

- a) o processo licitatório é composto por várias etapas formais, o que pode prolongar o tempo necessário para a aquisição;
- b) podem surgir litígios decorrentes de desclassificações ou avaliações, gerando atrasos e incertezas no processo;
- c) obrigatoriedade de adquirir, no mínimo, 75%, do contrato.**

6.2.2. Sistema de Registro de Preços:

6.2.2.1. Vantagens:

- a) permite a aquisição conforme a necessidade da administração pública;**
- b) reduz a necessidade de manter grande quantidade de volume de estoque;**
- c) a administração não está obrigada a comprar;**
- d) a flexibilidade na aquisição sob demanda ajuda a gerenciar melhor os recursos financeiros, evitando gastos desnecessários com a aquisição de produtos que não serão utilizados.
- e) facilita o planejamento financeiro, pois os preços são estabelecidos previamente, permitindo uma previsão mais precisa dos custos durante a vigência do registro de preços;
- f) o registro de preços segue um processo transparente e regulamentado, o que contribui para a conformidade legal e reduz o risco de irregularidades;
- g) oferece igualdade de oportunidades aos fornecedores, promovendo a competitividade e incentivando a participação de múltiplos fornecedores.

6.2.2.2. Desvantagens:

- a) pode criar uma dependência significativa de um número limitado de fornecedores, especialmente se houver poucos participantes no registro de preços;
- b) caso o fornecedor principal enfrente dificuldades (financeiras, operacionais), a aquisição pode ser comprometida;
- c) a ênfase na obtenção do menor preço pode levar à escolha de fornecedores que não entregam a melhor qualidade, resultando em serviços inferiores;
- d) pode levar à concentração de mercado em mãos de poucos fornecedores, diminuindo a diversidade e as opções disponíveis para a administração;

6.3. Conclusão: Cada método - Registro de Preços ou Licitação para aquisição dos produtos - apresentam vantagens e desvantagens específicas que são cuidadosamente consideradas para aquisição de Ração Operacional de Emergência (R3). A escolha do método mais adequado levará em conta a natureza do objeto, os recursos disponíveis, a urgência da



aquisição e a necessidade de flexibilidade ou rigidez contratual, bem como o equilíbrio entre transparência, competitividade, custo-benefício e eficiência administrativa.

IV. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando os elementos apreciados do presente documento verificou-se que o método mais vantajoso para administração é a aquisição através do sistema de registro de preços, pregão eletrônico, com **menor preço por item**.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente aquisição foi dividida em 05 (cinco) itens, onde optou-se pela utilização de julgamento por item, tendo em vista ser esta a regra da licitação quando o objeto for divisível, sendo que a equipe de estudo constatou não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala com a divisão em itens, o que também proporcionará ampliação na participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não há contratação correlatas ou interdependentes, sendo que a contratação a ser realizada representa a SOLUÇÃO INTEGRAL da necessidade pública.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.1. Pretende-se com a aquisição, através de Ata de Registro de Preços, obter os benefícios diretos e indiretos que o Município almeja com a aquisição em termos de economicidade, eficácia, eficiência de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

11. 2. Espera-se que os produtos sejam entregues nas quantidades e qualidades almejadas, visando a qualidade do serviço prestado pelas equipes da Força Tarefa do 7º Batalhão de Bombeiros Militar de Itajaí, quando estiverem em situações de desastres naturais e ocorrências de grande magnitude.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de



servidores para a fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações no prazo estipulado.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme no subitem abaixo:

13.2. REQUISITOS LEGAIS AMBIENTAIS.

13.2.1. Sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da contratação de empresa o atendimento de normas, regulamentos e resoluções, elaboradas pela Assessoria Brasileira de Normas Técnicas.

13.2.2. As empresas deverão atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

14. Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

INTEGRANTE TÉCNICO

2º Sargento BM DÊNIS DA SILVA FLORES

Matrícula 926308-0

(assinado digitalmente)

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

Major BM FILIPE DA SILVA DAMINELLI

Subcomandante do 7º Batalhão de Bombeiros Militar
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8V7IAM71**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DÊNIS DA SILVA FLORES (CPF: 926.XXX.930-XX) em 04/10/2024 às 18:17:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/03/2019 - 15:34:13 e válido até 29/03/2119 - 15:34:13.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0JNU0NfOTk5MI8wMDAyMTg4N18yMTg5NF8yMDI0XzhWN0IBTTcx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **CBMSC 00021887/2024** e o código **8V7IAM71** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.